



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680961 - BA (2021/0223691-6)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

IMPETRANTE : JULIO FERNANDO QUEIROZ MACHADO E OUTRO

**ADVOGADOS : ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS MACHADO - BA008066
JULIO FERNANDO QUEIROZ MACHADO - DF059163**

IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO

PACIENTE : IZAAC SANTOS DOS REIS

CORRÉU : HELIO RAMOS LIMA

CORRÉU : MONICA ALVES DE SOUZA LIMA

CORRÉU : ANSELMO CORREIA LIMA

CORRÉU : NIVALDO DE SOUZA LIMA

CORRÉU : EVANDRO ALVES MARINHO

CORRÉU : ADAUTO SOUZA PINHEIRO

CORRÉU : LAERCIO SOARES

CORRÉU : JOCILEY XAVIER RIBEIRO

CORRÉU : DOMARCOS SANDE FERREIRA

CORRÉU : DAMIAO JOSE DE OLIVEIRA

CORRÉU : RAIMUNDO NONATO MEIRA SANTOS

CORRÉU : VANDERLEI MEIRA SANTOS

CORRÉU : MARCOS VINICIUS ALVES RODRIGUES DE SOUZA

CORRÉU : LUIZ CARLOS LIMA SILVA

CORRÉU : LUCIENA RAMOS LIMA

CORRÉU : AELSO SOUZA AGUIAR

CORRÉU : ARLANE SOUZA AGUIAR

CORRÉU : SUELLAN DA SILVA CAMPOS OLIVEIRA

CORRÉU : DERNIVALDO JOSE DE OLIVEIRA

CORRÉU : JERISVALDO SANTOS PEREIRA

CORRÉU : JOAQUIM ARMANDO AGUIAR

CORRÉU : GERLANE VIEGAS LUNA DA SILVA

CORRÉU : JULIO JUVENCIO DA SILVA

CORRÉU : JOAO ROCHA DIAS

CORRÉU : JUDICAEL JOSE DE SOUZA

CORRÉU : RENATO GALDINO DE SOUZA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IZAAC SANTOS DOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (HC n. 1007132-91.2021.4.01.0000).

O paciente foi denunciado pela suposta prática de crimes previstos nos arts. 288, 304, 317 do Código Penal e nos arts. 93 e 95 da Lei n. 8.666/1998, bem como no art. 1º, I e II, do Decreto-Lei 201/67. A denúncia foi recebida pelo Juízo da 2º Vara da seção judiciária do Estado da Bahia.

Impetrado prévio *writ* na origem, buscando o trancamento da ação penal, a ordem foi denegada (fls. 81-90).

O impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal por parte do Tribunal de origem, que ratificou o recebimento da denúncia efetuado pelo Juízo processante.

Assevera que a denúncia é inepta, pois não menciona indícios que vinculem o paciente aos crimes em apuração.

Afirma que o único liame entre o paciente e os demais denunciados seria o fato de que ele fazia a contabilidade das empresas que eram administradas por titulares que foram vinculados a crimes contra a administração pública, relativos a processos licitatórios.

Alega que não há materialidade delitiva e que os elementos de prova colhidos em inquérito policial foram desconsiderados pelo órgão acusador.

Requer, liminarmente, a suspensão da tramitação da Ação Penal n. 0009583-55.2016.4.01.3307 em face do paciente.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente